

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



Fundado em 1875

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Julio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

A renegociação inútil e a negociação séria *inda ext*

Enquanto o governo anunciava novo e substancial aumento dos combustíveis líquidos, na noite de anteontem, os jornais de ontem informavam com certo estardalhaço sobre mais uma viagem do ministro Delfim Neto à Europa.

Os leitores certamente indagarão o que uma coisa teria a ver com a outra e nós esclarecemos que nada, a não ser o fato de que o racionamento de combustíveis tantas vezes negado na prática já começou e se está processando com uma tática que os militares chamariam "movimento de pinças": de um lado se aumentam violentamente os preços, de outro se cortam as cotas às distribuidoras (de gás, de óleo combustível, de diesel e gasolina).

Esse racionamento disfarçado tornou-se imperativo por causa da absoluta falta de liquidez brasileira em moeda estrangeira, ou seja, pela escassez de dólares em caixa, que cada dia se agrava mais, aliada à justa desconfiança dos fornecedores externos, que já não aceitam pagamento a prazo.

Se todas as viagens do ministro Delfim Neto à Europa, divulgadas ou sigilosas, alegadamente em busca de dinheiro, tivessem dado os resultados que ele esperava, certamente não estaríamos em tal situação. Situação que, por outro lado, é a mais gritante evidência do fracasso dos procedimentos até agora adotados para renegociar nossa dívida.

Deploramos que o ministro esteja de malas prontas para partir em busca de mais um fracasso, e desconfiamos que os motivos sugeridos para a nova viagem não sejam reais. Ele estaria dando início à chamada "fase dois" das negociações com os banqueiros privados, e as notícias chegam a dar conta da sua preocupação de que, se fosse esperar pela aprovação do novo acordo com o FMI, ficaria tarde demais.

Mas acontece que em outras páginas dos mesmos jornais de ontem o ministro Galvêas, provavelmente sem saber que seu colega estava indo para Paris a fim de "dar início às negociações da fase dois", informava que esta já foi iniciada com a participação ativa do chamado *advisory committee*, composto de representantes de 14 bancos internacionais, incluindo os europeus, como sabemos. Ora, três técnicos enviados por esse *advisory committee* encontram-se precisamente no Brasil, neste momento. E, segundo os jornais, tratam de saber se a suspensão total do pagamento de juros é do principal, por parte do Brasil, há quase 60 dias, indica que o País pretende pedir moratória em caráter oficial.

A viagem do ministro Delfim parece, portanto, mais uma vez, injustificável: porque não vai conseguir dinheiro; porque a renegociação com os bancos privados está sendo feita em Nova York e aqui, e não em Paris; e porque deveria estar

oportunidade de renovar politicamente seu governo e as expectativas brasileiras.

presente aos entendimentos com os técnicos do comitê de aconselhamento. De qualquer modo é um bom pretexto para ele ficar distante por uns dias do presidente em exercício, Aureliano Chaves, que acaba de exigir que ele apure melhor o já famoso negócio das polonetas. Quando retornar já estará quase na hora de o presidente Figueiredo reassumir e com isso o ambiente no Planalto talvez lhe seja menos desconfortável.

O que se percebe claramente, sejamos francos, é que as negociações financeiras propriamente ditas, seja com credores particulares ou com o FMI, permanecem firmemente enfiadas nas mãos da dupla Galvêas-Langoni, com o ministro Delfim correndo por fora e não tendo participação nem intensa nem importante. Não sabemos exatamente qual o motivo, mas podemos imaginá-lo; e vemos que o ministro Delfim se incomoda com isso, tratando de se manter em evidência e criar na imprensa, com suas viagens misteriosas ou não, a impressão de que suas andanças são decisivas.

Nossa convicção, porém, já manifestada aqui, é a de que as atividades dos três são inúteis a médio e longo prazo. Agora tentarão, segundo Galvêas, obter uma prorrogação automática de oito anos nas amortizações deste ano e do próximo, com três anos de carência. Mas continuarão, ou pretendem continuar, pagando os juros. Ora, isso é mais uma tolice — para usar uma palavra tão do agrado do ministro Delfim —, de um lado porque os juros já não estão sendo pagos a não ser com atrasos; de outro porque o montante de juros, no ano que vem, será quase o dobro das amortizações previstas, ou seja, cerca de 11 bilhões de dólares. Isso se a *prime rate* e a *libor* se mantiverem nos níveis atuais; caso aumentem, em média, um ou dois pontos percentuais, os desembolsos de juros subirão mais um ou dois bilhões de dólares. O que significa que, em vez do superávit comercial de nove bilhões de dólares — que já é uma brutalidade —, teremos de obter algo muito maior.

Enfim, não sabemos se o presidente em exercício fez ou não fez algum documento mostrando o impasse dessa fórmula de renegociação permanente no plano estritamente financeiro — que, como dizem banqueiros ingleses, já se tornou um "moto perpétuo"; e cansativo, diríamos nós — e propondo a abertura de um novo tipo de negociação entre governos, que ponha um paradeiro nesse folhetim barato e perigoso que estamos lendo. O que sabemos é que o presidente Figueiredo precisa reassumir com uma nova visão e uma nova disposição em relação a este assunto. O trabalho do *maxitrio* evidentemente não deve ser interrompido; eles têm sua utilidade, no momento, que é a de manter as conversas no mundo financeiro tão abertas quanto as linhas telefônicas e de telex. Podem até continuar trabalhando com certa autonomia no sentido de manter a tesouraria brasileira funcionando de maneira precária, como têm feito, com o homem atrás do guichê dizendo à fila de credores para passarem amanhã ou na próxima segunda-feira. Mas o trabalho deles tornou-se parecido com o do contador da firma falida cujo proprietário se evadiu: evitar, como puder, que alguém perceba isso.

A outra tarefa, a que verdadeiramente tem condições de criar um programa de reescalonamento dos pagamentos e ao mesmo tempo de retomada do nosso crescimento econômico, tem de ficar a cargo de outro time, sob a batuta de um presidente que, fisicamente renovado, ainda tem